



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003304-53.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Obrigações**
 Embargante: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
 Embargado: **RONALDO DE SOUSA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, já qualificado, opôs os presentes embargos à execução que lhe move RONALDO DE SOUSA, também qualificado, alegando tenha o embargado se valido de uma Renda Mensal Inicial muito maior do que a devida acarretando em excesso de execução no cálculo das prestações vencidas, além do que, não seguiu o quanto estatuído pelo artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91 para a correção dos valores; argumenta, ainda, que o embargado não tem valores a receber, vez que a autarquia implantou corretamente o benefício. Pediu a procedência dos embargos e a condenação do embargado nas verbas de sucumbência, com honorários arbitrados em 15% do valor pleiteado.

O embargado respondeu aduzindo não tenha recebido as diferenças advindas da revisão do benefício por força da ação civil pública que determinou ao INSS que corrigisse todos os auxílios-doenças concedidos sem a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, de modo que tem a receber o valor de R\$4.663,40, conforme cálculos apresentados.

O INSS, em resposta à impugnação apresentada, admitiu que, após a revisão administrativa do benefício nos termos do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, não efetuou a revisão com os novos indicadores de concessão de benefícios no chamado sistema "Plenus", de modo que existe em favor do embargado um crédito no importe de R\$ 3.671,39.

Intimado a se manifestar sobre os novos cálculos apresentados, o embargado concordou com os mesmos.

Isto posto, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 27/28 e determino que execução prossiga, nos autos principais em apenso, pelo valor de R\$ 3.671,39 (*três mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos*) e, em consequência, JULGO EXTINTOS os presentes embargos, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Havendo sucumbência recíproca, ficam compensadas tais verbas.

Oportunamente, expeça-se ofício requisitório ao INSS e informe à Agência indicada às fls. 27, responsável pelos pagamentos administrativos, a fim de se evitar pagamento em duplicidade.

P.R.I.

São Carlos, 14 de maio de 2015.

Vilson Palaro Júnior
 Juiz de Direito

1003304-53.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**